

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E IMPACTOS NAS VENDAS DA COOPERCUC

Data de aceite: 01/08/2023

Deivid Gomes Barbosa da Silva

Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF

Francisco Ricardo Duarte

Docente no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF.

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Docente no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF.

Helder Ribeiro Freitas

Docente no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF.

Luciana Souza de Oliveira

Docente no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF.

1 . INTRODUÇÃO

O desejo incessante do homem pela maximização de riquezas e consequentemente o uso predominante de

um modelo econômico pautado no capital vem lavando as pessoas ao consumismo desenfreado e uso indiscriminado dos recursos naturais. Em compensação, por outro lado, uma parte do mundo a repensar e refletir sobre modelos econômicos e de produção que busquem o desenvolvimento sustentável e possam restabelecer o equilíbrio entre os seres humanos e a natureza.

É notório também que a busca por hábitos mais saudáveis é uma constante no discurso da sociedade cotidiana, e os alimentos têm forte participação nessa busca de uma vida mais saudável. Sabemos ainda que existe uma outra vertente que pressiona a sociedade na busca de sistemas agroalimentares que supram e erradiquem a fome no mundo. Borsatto et al. (2020, p.100) dizem que nos últimos anos tem-se observado, em nível internacional, que o sistema agroalimentar hegemônico é incapaz de cumprir com a promessa de erradicar a fome no mundo, mitigar a pobreza e trazer o desenvolvimento rural. Com isso, temos

algumas condições que impulsionam indiretamente a transição para uma agricultura mais sustentável, entre elas, podemos destacar: a erradicação da fome no mundo, a procura por hábitos mais saudáveis e a necessidade de um desenvolvimento rural sustentável e que restabeleça o equilíbrio no uso dos recursos naturais.

Diante de tais condições e pensando no apelo comercial para os empreendimentos da economia solidária, este artigo tem como objetivo levantar informações sobre as práticas agroecológicas desenvolvidas pela COOPERCUC - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá e como elas influenciam positivamente nas vendas dos produtos, considerando dois contextos que são: o mercado local que abrange Uauá, Curaçá e Canudos e cidades circunvizinhas, localizadas no Norte da Bahia; e o mercado internacional que envolve a comercialização dos produtos fora do Brasil.

Então, e como o contexto citado inicialmente se conecta com o objetivo da pesquisa? Se conectam pelo fato de existir um cenário favorável para empreendimentos de produção agroecológica, porém comercialmente isso deve e precisa ser trabalhado ao ponto de ser percebido pelo consumidor final, além de identificar e focar em nicho de mercado adepto de forma espontânea ao que se propõe o modelo de produção agroecológica. Sendo assim foi escolhida a COOPERCUC por ser um exemplo de sucesso de empreendimento da economia solidária e que passa pelo processo de transição agroecológica.

A ideia foi entender até que ponto as práticas agroecológicas influenciam no processo de comercialização da cooperativa e como isso é percebido pelos cooperados nas estratégias de comercialização, além de identificar as peculiaridades de cada território, local e internacional, quanto a sensibilidade de percepção e aderência a uma proposta de valor agregado quando se coloca em questão um apelo social, ambiental e economicamente sustentável no modelo de produção e comercialização dos produtos em diferentes localidades com modos de vidas e culturas distintas, entendendo que nas estratégias de vendas um dos pontos principais passa pelo conhecimento e estabelecimento do público-alvo e isso pode influenciar diretamente na abordagem comercial e de imagem da organização, além da publicidade de suas práticas exitosas que podem potencializar a adesão do consumidor adepto a filosofia que está por trás do produto em si, ou seja, o que leva o consumidor a comprar o meu produto e não o da “concorrência”?, minha proposta de valor agregado é um diferencial competitivo percebido pelo meu público-alvo?, quais estratégias de vendas estou usando para levar uma percepção positiva para o consumidor?.

Pesquisas dessa natureza se justificam pela importância de buscar respostas que indiquem como as práticas agroecológicas são percebidas nas ações comerciais e como isso vem influenciando positivamente as vendas dos produtos em diferentes localidades de abrangência das cooperativas, assunto de relevância para o estabelecimento de estratégias de mercado eficientes e eficazes no fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária quando se colocam no mercado na perspectiva de negócio social e econômico e considerando um cenário compartilhado com empreendimentos do modelo tradicional

e predominante capitalista. Sendo assim, estabelecer estratégias de vendas alinhadas ao propósito justo e solidário dos empreendimentos cooperativistas potencializando a percepção de valor agregado com foco no nicho de mercado adepto de tais proposições agroecológicas de produção, abrem um novo olhar para a consolidação das cooperativas na competitividade dos seus negócios e na proposta de fortalecimento de sistemas econômicos alternativos, sem perder sua essência social, justa e sustentável na condição de reorganização do trabalho com seu “*modus operandi*” colaborativo e democrático e com a necessidade de se consolidar economicamente.

Este trabalho está constituído por um referencial teórico que traz em primeiro lugar um pouco do processo histórico da economia solidária e cooperativismo, depois uma discussão sobre agroecologia, passando pela temática de sistemas agroalimentares diferenciados e por último falamos sobre a comercialização de produtos da agricultura familiar. Logo após vem material e métodos, resultados e discussão e por fim considerações final e referências.

2 . REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Solidária e Cooperativismo

A partir de um contexto capitalista e de exploração da classe do proletariado e em cenário fértil para reflexões socialistas, nasce a Economia Solidária, pensando em alternativas econômicas em contraponto ao sistema capitalista dominante, na ideia de reorganização do trabalho e na produção justa e sustentável.

Um dos primeiros raciocínios sobre uma forma diferente de reorganização do trabalho surgiu do britânico Robert Owen, dono de uma grande indústria têxtil em New Lanark, ao invés de explorar plenamente os seus trabalhadores e crianças com ocorriam “naturalmente” na época, ele propôs condições melhores de trabalho para os trabalhadores e escola para as crianças/filhos dos trabalhadores e isso refletiu em melhores resultados dentro da empresa (SINGER, 2002). Mas não foi só isso. Owen virou referência pela forma como ele contornou o contexto de exaustão da mão de obra da época e a crise do proletariado que se espalhou a partir da revolução industrial com a inclusão das máquinas e organização fabril de produção. Owen propôs ainda, em 1817, um plano ao governo britânico, que consistia em comprar terras e construir Aldeias Cooperativas onde viveriam pessoas trabalhando na terra e produzindo seu próprio sustento, com excedentes trocados entre aldeias, a ideia era tentar mostrar uma forma econômica de reinserir os pobres na produção ao invés de permanecerem desocupados, o que devolveria aos cobres públicos o investimento, pois com o tempo não haveria a necessidade de continuar subsidiando os pobres, ao conseguir trabalho para eles e expandir a criação de riquezas, conforme relata Singer (2002).

É nesse cenário conturbado e de mudanças estruturais da sociedade e da economia que temos as primeiras iniciativas para uma economia alternativa e solidária, e o surgimento das cooperativas como mecanismos de reorganização do trabalho e da produção para gerar renda e qualidade de vida. Oficialmente a primeira cooperativa foi criada em 1844, no distrito de Lancaster, em Rochdale, Inglaterra. O armazém cooperativo dos Probos Pioneiros de Rochdale, registrado como “Friendly Society”, com 28 cooperados e conhecida como “Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” (Rochdale Society of Equitable Pioneers), conforme cita Schneider (1991).

As cooperativas têm como objetivo principal o desenvolvimento social e econômico, nesse modelo de negócio os cooperados são donos e trabalhadores ao mesmo tempo, com um formato autogestionário e decisões democráticas através da assembleia geral composta por todos os cooperados, órgão supremo da cooperativa. Este modelo reforça a ideia de ação coletiva, onde as pessoas se reúnem em prol de um objetivo comum, capazes de pensar e decidir de forma colaborativa para o desenvolvimento de empreendimentos viáveis economicamente. Segundo Cançado (2005, p. 7) a ação da cooperativa tem duas faces, a social e a econômica, sem uma à outra não existe, ou seja, sem a parte econômica o social fica impraticável, e sem o econômico não existe cooperativa. Os princípios cooperativistas têm sua fundamentação desde a cooperativa de consumo de Rochdale (1844) e com adaptações ao longo dos anos, de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, os princípios definidos em 1995 e vigente até hoje são: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade. Tais diretrizes orientam as cooperativas em qualquer parte do mundo.

É partindo desse modelo de negócio social e econômico que começamos pensar em novas alternativas de geração de renda e melhoria de qualidade de vida das comunidades, gerando a possibilidade de ter condições de trabalho para classes marginalizadas historicamente pelas políticas públicas de estado e que diante da vulnerabilidade social e econômica ficam reféns dos donos do capital. A economia solidária através da cooperativa traz uma oportunidade de união de forças em prol de um objetivo coletivo e comum e que pode dar condições de reorganização do modelo de produção com foco na melhoria de vida dos envolvidos e de suas comunidades.

2.2 Agroecologia

Diante do desafio proposto em consentir uma demanda crescente de produtos e alimentos, a agricultura ao longo do tempo foi se expandindo, ocasionando grandes desordens que resultavam na insustentabilidade das práticas agrícolas. Dessa forma, muitos foram os impactos para o meio ambiente, como a contaminação do ecossistema com o uso de diversos produtos químicos. Em presença do cenário, surge a necessidade de se

repensar o modelo de agricultura realizado nas últimas décadas, buscando uma agricultura que atenda às demandas de grande produtividade, ao tempo que preserva a qualidade ambiental. Assim, nasce a agroecologia como um modelo de sistema fundamentado em conhecimento de técnicas sustentáveis de produção e interação dos recursos. (FARIA, 2014).

O crescimento da agricultura “[...] privilegiou somente o aumento da produtividade agrícola como parâmetro para avaliar sua eficiência, desconsiderando o agricultor e o ambiente como partes do mesmo processo de desenvolvimento [...]” (ASSIS, 2005, p.175), proporcionando também, além dos problemas ambientais, problemas no contexto social, surgindo movimentos em prol da agricultura baseada em princípios agroecológicos. Boaventura *et al.* (2019, p. 02) traz que:

A agroecologia, a princípio, parte do desenvolvimento rural desde que esse seja menos agressivo ao meio. É utopia pensar em coexistir com o meio sem deixar marcas, no entanto, a agroecologia procura minimizar essas marcas, de forma que haja o menor prejuízo possível à terra.

A agroecologia versa uma abordagem crítica ao sistema de produção da agricultura moderna e industrial dos impérios agroalimentares. Diante destes ideais de produção segundo os preceitos dos ecossistemas, torna-se inimaginável a existência de uma agricultura “com”, e não “contra” a natureza (GUTERRES, 2006).

É importante a compreensão não somente do que se trata a Agroecologia, como também do que não é a Agroecologia. Muitos são os discursos e pensamentos equivocados sobre a Agroecologia, confundindo assim o entendimento do seu real papel. Muitas vezes a Agroecologia é compreendida apenas como um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, sendo cada vez mais comum a propagação de frases equivocadas utilizadas na sua conceitualização (CAPORAL, COSTABEBER, 2004).

O termo agroecologia existe desde os anos 1930, quando alguns ecologistas propuseram esse termo como a ecologia aplicada à agricultura. Contudo, sua importância científica foi definida a partir dos últimos quarenta anos, sendo acompanhada pela forte influência dos estudos de agroecossistemas tradicionais como exemplos importantes do manejo e das críticas ao modelo de desenvolvimento agrícola (MOREIRA e CARMO, 2004).

Com a agroecologia torna-se possível perceber o espaço agrário com criticidade, realçando práticas específicas dos camponeses, sendo eles os sujeitos principais nesta forma de abordagem. Proporciona também a compreensão do meio rural contestando uma leitura ambiental supérflua e economicista. A agroecologia surge em um conjunto de debates ambientais, defesa dos camponeses, conflitos agrários, ambientais, ao tempo que versa pela produção de alimentos (FACCO, 2015). Esse novo modelo visa realizar o desenvolvimento em conjunto com a sustentabilidade, objetivando um equilíbrio na utilização e preservação ambiental.

É válido afirmar que a ampla produção de alimentos existente no Brasil atende, em grande porção, o mercado consumidor externo, muito pouco de toda a produção permanece no país, algo perceptível pelas classes menos favorecidas, que diante dos problemas socioambientais ocasionados pelo agronegócio, ausência de alimento, ou falta de acesso a esse, se uniram (BOAVENTURA et al, 2019). Diante dessas questões, a agroecologia, como um modelo que preza pela sustentabilidade, pode melhorar a relação homem e natureza, ao tempo que pode proporcionar subsistência mais saudável.

A agroecologia é tida como ciência integradora que agrega diversos valores e conhecimentos, tanto científicos quanto saberes populares e tradicionais, os quais são provenientes das experiências de agricultores familiares, de comunidades indígenas e camponesas. Consiste num campo que dispõe de mudanças nos sistemas e na forma de produção com base nas dinâmicas que regem o ecossistema, desencadeando práticas condizentes com a própria natureza (AGROECOLOGIA, 2013, apud FARIA, 2014, p. 102).

Podemos perceber que a Agroecologia é apresentada como uma ciência originada com orientações teórica e prática para a estratégica de desenvolvimento rural sustentável. É perceptível também que a mesma é motivada tanto por conhecimentos científicos, quanto os conhecimentos e saberes populares, dessa forma, é válido afirmarmos que a Agroecologia depende uma ação coletiva para sua prática, para isso é necessário que estudos sejam realizados cada vez mais, superando os desafios desse novo modelo.

Nos últimos anos muitos estudos vêm sendo realizados no campo da Agroecologia, algo visivelmente acompanhado diante do grande número de cursos de graduação e pós-graduação dentro da área de Agroecologia, como também o crescente número de publicações científicas (BORSATTO; CARMO, 2013).

2.3 Sistemas Agroalimentares Diferenciados

O Sistema Agroalimentar Diferenciado (SAD) trata-se de sistemas que possuem organização das atividades produtivas e agentes com algum diferencial nos produtos, ou por canais diferenciados de distribuição, comercialização e serviços, sendo que tal diferenciação está fortemente ligada a valores originados na produção rural (NOGUEIRA et al, 2015). Nos anos recentes, houve grande propagação de diferenciação em sistemas agroalimentares. Segundo Schmitt (2011, p. 04), trata-se de:

São muitas as possibilidades: venda de porta em porta, direto ao consumidor; comercialização de produtos ecológicos ou regionais nas feiras pelos próprios agricultores; pequenas agroindústrias familiares; hortas comunitárias; cooperativas de consumo; redes informais de troca e comercialização de produtos entre vizinhos; abastecimento de pequenos entrepostos e restaurantes em nível local; distribuição de produtos da agricultura familiar para as escolas e programas sociais por meio de mercados institucionais.

De acordo com o autor, podemos perceber que muitos são os SAD's, entre eles, a

existência de programas sociais, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹, presente no art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho, criado em 2003, que busca promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. E o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)², que com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

São de vital importância para o desenvolvimento da agricultura familiar tais programas, favorecendo assim a valorização dos produtos dos pequenos e médios produtores rurais. Referente a esses produtores, Embrapa (2007, apud NOGUEIRA, et al 2015, p.09), traz que:

Uma vez que os pequenos e médios produtores rurais têm dificuldade de ser competitivos com base na produção em larga escala, eles apresentam condições para serem na produção de alimentos de qualidade diferenciada, a partir de um foco em distintos aspectos valorizados pelos consumidores, possibilitando espaço para o desenvolvimento de sistemas diferenciados.

Com a realização de estudos, fica cada vez mais claro que os sistemas agroalimentares são um dos principais responsáveis pelas transformações biofísicas do planeta, sendo também os mais afetados por essas transformações, visto que as condições ecológicas para a agricultura (solos férteis, biodiversidade, água limpa, clima estável) estão se arruinando de modo alarmante, resultante do atual padrão de produção, processamento, distribuição e consumo dos alimentos. (PETERSEN; ARBENZ, 2018).

Dessa forma, é válido afirmarmos que o pensar em Sistema Agroalimentares Diferenciados está fortemente ligado aos legados da Agroecologia. A Agroecologia contribui de maneira positiva para a constituição desses sistemas, possuindo um papel importante para a reconstrução dos sistemas agroalimentares, abarcando na sua própria proposta a ideia de construção de formas de mercado diferenciado e alternativo. De acordo com Sevillaguzmán e Soler (2010, p. 205);

[...] a práxis socioeconômica da Agroecologia avança na construção de sistemas agroalimentares alternativos que se caracterizam por reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, aproximando aos agricultores e criadores aos espaços de consumo estabelecendo relações cooperativas equilibradas e negociadas com os consumidores sobre bases comuns que transcendem as exclusivamente mercantis, atualizando assim valores historicamente vinculados ao campesinato na construção de sociedades mais justas e sustentáveis no contexto atual da globalização.

Assim, o Sistema Agroalimentares Diferenciado, juntamente com o viés

1 BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso: 26/06/2021.

2 BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso: 26/06/2021.

Agroecológico, resulta em grandes benefícios para a agricultura familiar, com valorização dos produtos, economia, produção, distribuição, etc...

2.4 Estratégias de comercialização na agricultura familiar

O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), traz que a agricultura familiar representa o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupa uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Os dados mostram que agricultura familiar encolheu no país, apontando uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo, de 2006. O segmento também foi o único a perder mão de obra. Enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores.

Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 23% do total dos estabelecimentos, ocupavam 77% da área ocupada. Mesmo cultivando uma área menor com lavouras e pastagens, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno (IBGE, 2017).

Assim, é possível observar que a agricultura familiar desempenha um papel muito importante na economia brasileira, dessa forma, faz-se necessário um estudo decorrente das Estratégias de Comercialização na economia solidária. De acordo com Azevedo (1997, apud SILVEIRA, 2007, p.23):

[...] a comercialização não pode ser entendida como a simples venda de determinado produto. Essa ótica funciona apenas quando o horizonte de análise é a porta da empresa, e definitivamente esse não é o caso quando se analisa toda a cadeia produtiva. É necessário estender o conceito de comercialização de forma a incorporar a transmissão do produto pelos vários estágios produtivos (AZEVEDO, 1997, *apud* SILVEIRA, 2007, p.23).

Para realizar a comercialização, é preciso se pensar em um sistema de distribuição e infraestrutura eficientes, um sistema conectado que permita alcançar os consumidores diretamente. Sendo importante pensar a comercialização nos territórios, fortalecendo as redes, cadeias, feiras locais, etc. O abastecimento local deve ser lembrado, desta forma, o fortalecimento das políticas públicas e dos mercados públicos como espaços de comercialização de todos os produtos existentes no território, é fundamental (CORREA; JESUS; MIRANDA, 2007).

Com a realização de feiras nos diversos municípios, como também a realização de pesquisas com redes das cinco regiões brasileiras sobre a temática da comercialização solidária e a assistência, as estratégias de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) tiveram avanço. As deficiências existentes em relação à política pública ocasionaram manifestações para o movimento da economia solidária. Tais

questionamentos possibilitaram o debate entre os envolvidos com propostas que além de contemplar EES urbanos e rurais, também promovem o fortalecimento das experiências autogestionárias de comercialização solidária (SANTOS; AMORIM, 2017).

A comercialização na agricultura trata-se de um processo contínuo, desde a produção até a entrega ao consumidor. Alguns autores apresentam o conceito da comercialização instituído entre a produção e o consumo dos produtos, incluindo aspectos sobre a transferência de direitos de propriedade, a manipulação de produtos e os arranjos institucionais que contribuem para a satisfação dos consumidores. Assim, podemos perceber que se trata de um conceito amplo, que leva em conta todos os processos realizados até a transferência dos produtos ao consumidor (produção agrícola, industrialização, transporte dos produtos, relações com o consumidor, etc). (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010).

3 . MATERIAL E MÉTODOS

Elaborar uma pesquisa exige que seja realizado um planejamento delineando todos os passos da mesma. Dessa forma, serão descritos a seguir, todos os métodos utilizados no decorrer de cada etapa desta pesquisa, apresentando minuciosamente o tipo de pesquisa, *locus*, sujeitos, métodos de coleta de dados, etc.

A presente pesquisa configura-se com abordagem qualitativa, uma pesquisa de campo exploratório de caráter descritivo, que Marconi e Lakatos (2003) enfatizam que o pesquisador pode desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade com um ambiente, fato ou fenômeno, além de proporcionar a utilização de técnicas de coleta de dados, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc., com o objetivo descrever determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso.

A primeira etapa da pesquisa foi baseada em uma revisão bibliográfica buscando trabalhos com temáticas relacionadas ao objeto de estudo, ou seja, que abordam sobre a Agroecologia, comercialização da produção de agricultura familiar, sistemas agroalimentares diferenciados, entres outros, nesta fase foi gerada uma base para a análise e discussão dos dados encontrados posteriormente.

3.1 Observação

As observações ocorreram configurando-se em observação participante, que “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 194). Uma observação participante natural, onde já havia pertencimento ao grupo em que foi realizada a pesquisa.

3.2 Entrevista semiestruturada

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada também a entrevista

semiestruturada, complementando os dados observados. Foram realizadas entrevistas com 3 cooperados da COOPERCUC, utilizando um roteiro semiestruturado, ou seja, um roteiro com perguntas prévias, mas podendo ser modificadas, excluir ou incluir perguntas, durante a realização da entrevista conforme algumas indagações surgiam. Em decorrência da pandemia, estas entrevistas foram realizadas através de vídeo chamadas, gravadas e posteriormente transcritas para sistematização e análise de dados.

3.3 Sujeitos

A escolha por esses três cooperados se deu a partir do conhecimento prévio dos mesmos e o papel importante que cada um desempenha no *lócus*. A escolha pelo número de entrevistados ocorreu a partir da perspectiva de escolher 3 pontos centrais, uma do comercial, outra da produção e outra da gestão, para analisar cada discurso de diferentes perspectivas de atuação dentro da cooperativa e com a mesma temática. É importante destacarmos que para resguardar a identidade dos participantes da pesquisa e por questões éticas, não foram citados seus respectivos nomes, os sujeitos serão identificados no trabalho apenas como cooperados.

3.4 Descrição do *Lócus* da pesquisa

A escolha da COOPERCUC como *lócus* de pesquisa foi instigada diante da sua grande importância para o desenvolvimento local sustentável no contexto da região semiárida. Uma cooperativa que tem destaque pelo impacto social e o alinhamento com o paradigma de convivência com o semiárido. Além da pesquisa bibliográfica, as entrevistas e observações, como coleta de dados, buscou-se o conhecimento da história da cooperativa e o seu desempenho, como também estrutura, produção e comercialização dos produtos, as parcerias construídas, entre outros pontos relevantes.

4 . RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Conhecendo a COOPERCUC

Uma cooperativa da categoria agropecuária familiar, criada em 28 de junho de 2004 com 44 cooperados, e atualmente com 271, em sua maioria mulheres, com sede administrativa em Uauá-BA, conforme expresso em seu Estatuto Social e ATA de Constituição. A área de ação da cooperativa, para efeito de admissão de cooperados, contempla também Curaçá e Canudos, todas localizadas no Norte da Bahia, que fica aproximadamente 400 km da capital baiana, Salvador. Já no quesito comercialização a cooperativa atende atualmente o mercado local, regional, nacional e até internacional com exportações principalmente para países como Itália, França e Austrália (COOPERCUC,

2021).

Com uma história de superação, de força sertaneja e de respeito às comunidades tradicionais, a cooperativa nasce com anseios sociais, a partir de trabalhos desenvolvido pela Igreja com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), através do grupo de freiras canadenses da Congregação dos Santos Nomes de Jesus, Maria e José, ligados a Pastoral Rural, e posteriormente veio também a assessoria do IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada às comunidades, os trabalhos tinham como principal objetivo o empoderamento da população, com trabalhos de formação de lideranças, melhoria da qualidade de vida e transformação social (MARTINS, 2016).

Após os trabalhos iniciais supracitados, as comunidades começaram um movimento de viabilizar um modelo de comercialização para suas produções, com isso em 2003 veio a ideia de constituição jurídica de um modelo associativista que pudesse atender aos anseios econômicos da época, visto que as vendas apenas nas feiras livres já não supriam suas necessidades, dessa forma iniciou a articulação que culminou na constituição formal da COOPERCUC em 2004. Atualmente a cooperativa produz geleias, doces, compotas e cervejas artesanais, principalmente do umbu e maracujá do mato, também agregou ao seu portfólio o beneficiamento de outras frutas como manga, goiaba e banana, além de comercializar produtos de outras cooperativas da agricultura familiar baiana.

Entre os municípios de Uauá, Canudos e Curaçá estão as comunidades rurais: Maria Preta, Fazenda Marruá, Serra da Besta, Testa Branca, Caititus, Lajes das Aroeiras, Fazenda Cocobobó, Caldeirão do Almeida, Fazenda Desterro, Fazenda Cachaqui, Fazenda Caladinho, Fazenda Serra Grande, Fazenda Brandão, Distrito de Patamutê, Fazenda Salgado, Fazenda Jaquinicó, Fazenda Sítio do Tomaz, Fazenda Raso, cada comunidade com sua unidade de beneficiamento de frutas (MARTINS, 2016, p.83).

A COOPERCUC congrega agricultores familiares com prestação de assistência técnica com o objetivo de atender as demandas econômicas em consonância com objetivos como fortalecimento da agricultura familiar buscando a produção ecológica, economicamente viável e socialmente justa e solidária. Tem como princípios garantir a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, com premissas cooperativistas e de uma economia alternativa de mudanças de comportamento que envolvem as práticas de manejo, extração, produção e cuidados com a caatinga. Tem como foco aproximar a agricultura familiar do mercado consumidor, desenvolve atividade como visitas, palestras, feiras, exposições e festivais como estratégias de comercialização de seus produtos e divulgação de sua missão como empreendimento da economia solidária. Segue quadro 01 com alguns dos principais objetivos expressos nos registros oficiais de sua constituição social.

Objetos Sociais Constitutivos da COOPERCUC
Participar e promover atividades políticas institucionais convergentes e compatíveis com a missão, natureza e objetivos da cooperativa, sendo vedada a participação em atividades político-partidárias.
Celebrar convênios para fortalecer a agricultura familiar; captar recursos nacionais e internacionais para melhor êxito da cooperativa.
Planejar, organizar e executar eventos culturais em parcerias com instituições públicas ou privadas afins; promover simpósios, congressos, festivais, palestras, conferências, entre outras atividades socioeducativas, para crianças, jovens e adultos, incluindo treinamentos e capacitação profissional que tenha como foco os objetivos da COOPERCUC.
elaborar e incentivar iniciativas e projetos de preservação ambiental, desenvolvimento local sustentável e políticas públicas de inclusão social e cidadania; elaborar estratégias e captar recursos para viabilizar o desenvolvimento ambiental, cultural, educacional, artístico e humanitário do seu público-alvo.
Atuar na elaboração de projetos técnicos de habitação de interesse social; participar da instituição de normas e certificação de entidade, qualidade e de origem dos produtos derivados do umbu e maracujá da caatinga de controle e fiscalização da produção, para criação do Selo de Qualidade.
Instigar e fortalecer a participação das mulheres jovens nos espaços de discussão, comercialização, capacitação e troca de experiências; articular com a rede da agricultura familiar, economia solidária, produção orgânica agroecológica.
Realizar, participar e construir coletivamente os processos do Sistema Participativo de Garantia em Rede
Colaborar com as Associações Agropastoris, Fundo de Pasto, Quilombolas, Comunitárias, Indígenas e outras a fim de viabilizar meios de produção com a convivência harmoniosa com o meio, e melhoria da qualidade de vida
Receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção dos seus cooperados, disponibilizar a estrutura necessária para desenvolvimento das atividades e prestar assistência tecnológica, técnica e de extensão rural ao quadro social; promover, preservar e gerir a indicação geográfica da região de Canudos, Uauá e Curaçá para o umbu e maracujá da caatinga e seus derivados.

Quadro 01 – Principais Objetivos da COOPERCUC

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Silva (2019).

Os objetos constitutivos acima citados e as práticas registradas ao longo dos 17 de sua constituição como cooperativa mostram a característica forte de empreendimento da economia solidária, que além de seus preceitos sociais também desenvolveu seu lado econômico na conquista de mercados privados nacionais e internacionais, além dos mercados institucionais através das políticas públicas governamentais.

Os desafios ainda são grandes, a cooperativa relata os prejuízos com a descontinuidade de algumas políticas públicas de incentivo a comercialização e aquisição de produtos da agricultura familiar, também relatam os desafios para desenvolver estratégias de expansão do consumo dos seus produtos no mercado convencional, além das mudanças sistêmicas provocados pela pandemia do COVID-19, fatores que exigem atenção nos próximos passos da cooperativa nas estratégias de gestão do empreendimento.

4.2 Transição para uma Agricultura Sustentável

A Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá define claramente seu papel no fortalecimento da agricultura familiar, na busca por melhorias na qualidade

de vida de suas comunidades e no modelo de produção sustentável. Em seu objeto social evidencia a produção ecológica, economicamente viável, socialmente justa e solidária (COOPERCUC, 2021). Sua estrutura de produção tem uma preocupação com as gerações futuras, nota-se que as comunidades passam a observar a natureza com um olhar de prosperidade, não só para suas gerações e futuras, mas também no próprio equilíbrio natural do seu bioma.

Projetos como o recaatingamento visualizaram uma nova perspectiva nas discussões sobre o futuro das comunidades e suas vegetações. Nesse olhar percebe-se uma mudança cultural e conceitual sobre a extração de frutas nativas da caatinga e/ou plantados nas terras desses agricultores.

Existe uma preocupação marcante da cooperativa com a qualificação dos cooperados e agricultores para um manejo adequado e utilização de boas práticas de produção, destaca-se também a inclusão democrática das comunidades nas decisões da cooperativa e no respeito aos saberes e cultura local. Tudo isso nos leva a perceber dimensões agroecológicas que vão além de fatores ligados ao manejo do solo e ao modo de produção, passam também por fatores ligados à cultura, sociedade, gênero e território. Tais condições reforçam um grau elevado de transição para uma agricultura mais sustentável, com práticas agroecológicas evidenciadas desde um manejo do solo até as condições de estruturação do diálogo com as comunidades, missão institucional e certificações que respaldam boas práticas, além do claro alinhamento da cooperativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme citam Oliveira et al. (2021, p.10), onde dizem:

[...] demonstram o alinhamento das ações da cooperativa com os ODS 1, 2 e 3 que objetivam, respectivamente, acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; e, assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Dessa forma a COOPERCUC demonstra sua evolução para patamares que visam um percurso de transição agroecológica, através de uma preocupação com a sustentabilidade rural que engloba uma visão transdisciplinar no processo produtivo e de manutenção do empreendimento em consonância com princípios da economia solidária e em respeito a vida e ciclo da natureza.

Em diálogo com os cooperados percebe-se a valorização e a importância dada ao processo produtivo construído de forma coletiva e participativa respeitando o ciclo de vida e saberes das comunidades sem deixar de lado os conhecimentos adquiridos com as relações institucionais criadas através das cooperativas, isso fica forte quando relatam a história que deu início aos trabalhos da cooperativa e toda sua evolução ao longo dos anos.

Os princípios e práticas agroecológicos estão presentes na cooperativa desde o início de tudo, sempre houve a preocupação com três frentes principais,

terra, água e produção, inicialmente pensada para a sobrevivência, naquela época não se pensava em produção para comercialização, o pensamento era para matar a fome, depois veio a ideia da comercialização. A primeira coisa que proibimos foi o uso do fogo na plantação, isso já pensando na manutenção da terra. Depois veio a certificação orgânica, e as comunidades foram criando a consciência de que algumas práticas não eram mais aceitas, como usar lenha de madeira da vegetação nativa, mesmo estando seca, entendemos que vai tirar material orgânico da caatinga (COOPERADO Z).

Na fala supracitada o cooperado deixa evidente a preocupação deles acerca das problemáticas e dos cuidados com o bioma caatinga e fica notório o processo de evolução das práticas para uma agricultura mais sustentável. Ainda na fala do cooperado vem um olhar social e econômico conforme segue abaixo.

No início todos achavam que agroecologia era só a não utilização de agrotóxicos, até hoje alguns ainda acham, mas nós sabemos que envolve muita coisa, a agroecologia diz respeito a qualidade de vida, preocupação com as comunidades, a agroecologia passa pelo ambiental, social e econômico (COOPERADO Z)

Mais uma vez a presença de uma consciência transdisciplinar da agroecologia aparece na fala do cooperado, ressaltando um entendimento da agroecologia que vai além do manejo da terra, e sim passando por questões sociais e políticas.

4.3 Influência da Agroecologia na Comercialização dos Produtos

É sabido que o comportamento do consumidor sofre diversas influências, sejam elas culturais, por influência da mídia, por facilidade de acesso, por consciência ambiental, por necessidade, entre outras condições. Também é comum ver empresas usando tudo isso a seu favor nas campanhas publicitárias, nas estratégias de comercialização e na captação de seu público-alvo. Vale destacar também que algumas usam inclusive de má-fé na manipulação de informações para convencer o cliente de algo que nem sempre é verídico. Mas, deixando as inverdades de lado e pensando na comunicação como ferramenta de conscientização, a agroecologia tem forte apelo social e vem ganhando espaço nas discussões de sistemas agroalimentares que possam suprir a necessidade atual e futura do mundo, principalmente quando fica evidente o colapso do sistema agroalimentar hegemônico e capitalista que incentiva o consumismo.

Diante disso é importante pensar no potencial que práticas agroecológicas com todo seu reflexo positivo diante da sociedade tem para contribuir no fortalecimento da comercialização dos produtos orgânicos e/ou ecológicos. Ao tratar esse assunto na COOPERCUC e observando e conversando com cooperados e colaboradores da área comercial fica evidente a necessidade de se criar estratégias comerciais de vendas a fim de atingir o nicho de mercado específico e aderente às práticas da agricultura sustentável. Hoje esse público chega de forma espontânea, em fala transcrita abaixo percebe-se tal

situação.

Todos os nossos projetos partem de princípios agroecológicos isso tem atraído de forma espontânea clientes de outros países e até grades supermercados nacionais estão procurando a gente devido a nosso modo de produção agroecológico, com o projeto 'agrocaatinga' fomos procurados por um cliente da Alemanha interessado a partir dos produtos certificados e do nosso respaldo pela história da cooperativa. Isso mudou muito nos últimos dois anos, antes a gente fica procurando os consumidores interessados na produção ecológica, hoje a gente tem uma inversão, principalmente depois da pandemia, clientes grandes vindo até nós e dizendo que acreditam na cooperativa e que querem ser parceiros (COOPERADO Y).

O fato de ter uma demanda espontânea expressiva mostra o valor agregado que a proposta de produção agroecológica tem, identificando seu nicho e sua força nas estratégias de potencialização da comercialização. Situação importante ao repensar as estratégias competitivas de entrada no mercado, trazendo um diferencial competitivo que não será necessariamente preço, e sim o valor agregado e percebido pela consciência socioambiental da produção rural agroecológica.

Ao observar e dialogar sobre a comercialização local, regional e internacional, surge uma percepção dos cooperados que chama atenção, na fala deles a valorização dos produtos orgânicos e agroecológicos é maior entre clientes do Sul do Brasil e de outros países como Estados Unidos da América e Alemanha. De forma geral os cooperados fazem o seguinte comentário: “o povo aqui não valoriza tanto o produto como o público lá fora”, dando a entender que o mercado local se sensibiliza muito pouco com o apelo social e de saúde da agroecologia.

Quando nós levamos nossos produtos para o mercado local o empresário pergunta logo, “isso vende mesmo?”, fica claro a preocupação exclusiva com o preço e a venda do produto, isso nos deixa triste e sem ação para conscientizar nossos conterrâneos sobre a importância em cuidar da saúde e toda história de luta que tem por trás de nossos produtos (COOPERADO X)

Em mais uma fala nota-se o quanto a disseminação do conhecimento se faz importante nos diversos cenários de atuação da cooperativa, principalmente ao tratar da territorialização das práticas da cooperativa. Estratégias comerciais que possam sensibilizar e atrair os potenciais clientes podem contribuir para atingir novos patamares e diversificar a carteira de clientes da cooperativa.

É importante salientar que todo empreendimento com finalidade econômica precisa estabelecer seu público-alvo, conhecer o perfil desse consumidor e traçar estratégias de alcançá-lo, vale destacar também que na cooperativa não é diferente e que seu modelo de constituição tem forte apelo social com grande potencial de sensibilização de clientes adeptos de uma economia alternativa com condições de trazer um desenvolvimento sustentável e com características como igualdade e justiça social. Não basta discutir isso no âmbito interno das instituições, isso precisa ser tratado também e em consonância

com o público externo que envolve a sociedade, o Estado e todos os possíveis parceiros. Existe uma necessidade de se manter no mercado, necessidade econômica, e para isso os empreendimentos sociais com finalidade econômica precisam se apropriar das ferramentas que o mercado oferece sem de desvirtuar dos seus princípios e compromisso com os pilares que os constituem, e sim fazendo as adequações necessárias para uma consolidação como negócio. A base para consolidação está na captação e retenção de sua clientela, sem estas estratégias fica complicado a permanência no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final podemos trazer algumas considerações acerca do que foi desenvolvido nesta pesquisa, primeiro podemos inferir que a COOPERCUC tem uma longa trajetória de cuidado com seu modelo de produção e com o desenvolvimento de suas comunidades, o que enseja a uma forte característica de transição para uma agricultura mais sustentável, ao pensar o social atrelado ao ambiental e a todas as questões políticas e econômicas. É forte e louvável como eles cuidam de forma colaborativa da cooperativa da caatinga e conseqüentemente do futuro da cooperativa. Falam a mesma “língua” quando o diálogo envolve qualidade de vida e respeito aos saberes e culturas dos agricultores e agricultoras.

No tocante ao comercial nota-se que a cooperativa ainda não sistematizou suas estratégias de vendas, apesar de ter ações que levam suas ações através de redes sociais, páginas na internet, feiras entre outros eventos. Porém não há uma sistemática de disseminação com foco no nicho de mercado da produção agroecológica, dependendo da demanda espontânea ou de ações institucionais que promovam essa aproximação. Fica evidente a necessidade de estabelecer estratégias que possam sensibilizar o público consumidor, principalmente quando se trata do público local.

Sobre a força da agroecologia na potencialização da comercialização, fica bem evidente que os principais produtos que levam a cooperativas ao acesso de grandes mercados são mais fortes quando se trata da produção orgânica certificada e ao trabalho social desenvolvido durante os anos de luta da COOPERCUC, esse apelo social tem muita força e o valor agregado percebido na condição de saúde e de melhoria de qualidade de vida.

E por último reforçamos através dessa pesquisa a necessidade de estabelecer e profissionalizar as gestão das cooperativas, a fim de incorporar ferramentas de gestão que possam trazer maior competitividade no cenário econômico transformando os empreendimentos cooperativistas em instituições com diferencial competitivo com força para se consolidar no mercado e trazer prosperidade para sua comunidade, sem perder de foco seus princípios e condições que os tornam diferentes do sistema capitalista tradicional, mantendo sua essência justa e solidária com responsabilidade socioambiental e equidade das relações de trabalho e distribuição de renda.

REFERÊNCIA

ACI. Aliança Cooperativa Internacional. **ICA Activities**: descreve atividades da ACI. Disponível em: www.ica.coop. Acesso em: 17 jul. 2021.

ASSIS, R. L. de. Agroecologia: visão histórica e perspectivas no Brasil. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. p. 174-184.

BOAVENTURA, K. de J. et al. **Agroecologia**: Conceito, história e contemporaneidade. V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG. Anápolis- GO, 2019.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A Agroecologia como um campo científico. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 8(2): 4-13 (2013) ISSN: 1980-9735.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Profissionalização da Gestão de Cooperativa**. CD do MBA de Gestão de Cooperativa da UCSAL, 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COOPERCUC. Disponível em: <http://www.coopercuc.com.br/>. Acesso em: 30 maio. 2021.

CORREA, J. J.; JEUS, S. A. de.; MIRANDA, V. **Produção, comercialização e consumo solidários**. Texto publicado no Caderno de aprofundamento aos debates, Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Novembro de 2007.

FACCO, V. A. B. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). **REVISTA NERA – ANO 18, Nº. 29 – JULHO/DEZEMBRO DE 2015**.

FARIA, L. M. S. **Aspectos gerais da Agroecologia no Brasil**. Revista Agrogeoambiental - v.6, n.2 – agosto 2014.

GUTERRES, I. **Agroecologia militante**: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>>. Acesso: 27 jun. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas. 2003.

MOREIRA, R, M. CARMO, J.D.S. AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Agricultura**, v.51, n.2, p. 37-56, 2004.

NOGUEIRA, C. R. et al. **SISTEMAS AGROALIMENTARES DIFERENCIADOS: UM ESTUDO DE COORDENAÇÃO NO SISTEMA DE LEITE ORGÂNICO NO PARANÁ**. João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015. SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

OLIVEIRA, A. P. et al. **Agenda 2030 e cooperativismo: Um estudo sobre a Coopercuc no semiárido baiano.** In. SOUZA, M. M. A. et al. (org). Desenvolvimento do semiárido: Organizações, gestão, inovação & empreendedorismo 2. 1ed. Belo Horizonte: Poisson, 2021, p. 10-23.

PETERSEN, P. ARBENZ, M. Aumento de escala da Agroecologia: uma questão política. 2018. ISSN: 1807-491X, **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** v.14, n.1.

SANTOS, A. B. dos.; AMORIM, R. S. **A EXPERIÊNCIA DA REDE BRASILEIRA DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA (REDE COMSOL).** Economia Solidária e Políticas Públicas. Mercado de Trabalho. 2017.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 8, n 3, p. 04-08, 2011.

SCHNEIDER, J. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. **Agroecologia y soberania alimentaria:** alternativas a la globalizacion agroalimentaria. PH Cuadernos, v. 26, 2010.

SILVA, Deivid Gomes Barbosa. **Gestão em cooperativas rurais e a compatibilidade entre objetivos sociais e econômicos das cooperativas associadas à central da caatinga.** 2019. 92f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro - BA, 2019.

SILVEIRA, J. A. J. **AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARROZ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.** Trabalho de conclusão de curso Mestrado em Administração e Negócios. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientadora: Profª. Gabriela Cardozo Ferreira. Porto Alegre, agosto de 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TORRENS, João Carlos Sampaio. Sistemas Agroalimentares. **P2P e Inovação**, [S.L.], v. 7, p. 192-211, 26 set. 2020. P2P & INOVACAO. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p192-211>. Acesso em: 27 jun. 2021.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

ABIMAILDE MARIA CAVALCANTI FONSECA DA SILVA: Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Possui graduação em PEDAGOGIA com Habilitação em Magistério e Supervisão Escolar pela FFPP - UPE (1999) e graduação em Letras Português /Inglês pela FUNESO - UPE (1989). Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo da Vinci - PY (2015). Doutoranda em Gestão e Políticas Universitárias para o MERCOSUL, foi professora da UPE (Universidade Estadual de Pernambuco) atualmente, professora do curso de pedagogia a distância e pedagoga da Secretaria de Educação a Distância (SEaD) da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

<http://lattes.cnpq.br/3679493347699405>

ADELSON DIAS DE OLIVEIRA: Doutorado em Educação e Contemporaneidade - Universidade do Estado da Bahia (2019). Mestrado em Educação e Contemporaneidade - Universidade do Estado da Bahia (2013). Especialização em Educação, Cultura e Contextualidade - Universidade do Estado da Bahia (2010). Graduação em Pedagogia - Licenciatura plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2005). Atual Pró-reitor de Ensino da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Campus Juazeiro, Colegiado de Ciências Sociais. Professor permanente do Programa de Pós-graduação, nível Mestrado profissional, em Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável - PPGADT/UNIVASF, nível Doutorado profissional. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Narrativas e Experiência Docente no Ensino Médio - NARRATIVIDADES/UNIVASF. Vice-Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes - NUJUVES/UNIVASF. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Docência, Narrativas e Diversidade na Educação Básica - DIVERSO/UNEB. É Sócio da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED e Avaliador Ad hoc do Grupo de Trabalho Ensino Fundamental da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Tem experiência na área de Educação, currículo e docência, com ênfase em Educação popular, formação de educadores, educação contextualizada e do campo, ruralidades. É pesquisador de temáticas juvenis do e no campo: Juventudes; Identidades juvenis; Culturas juvenis; Formação de jovens no campo. Desenvolve pesquisas com abordagem epistemológica do campo da (auto)biografia e atualmente insere-se no campo das pesquisas que se utilizam da Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas como perspectiva epistemológica e metodológica no universo da pesquisa-formação-ação.

<http://lattes.cnpq.br/8640495876980514>

ADRIANA MARTINS DA SILVA BASTOS CONCEIÇÃO: Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia (2000) especialização em Gestão e Educação Ambiental pela FACES e mestrado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2011). É professora do ensino básico, técnico e tecnológico do quadro efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano atuando como Coordenadora de Curso Técnico em agropecuária entre 2013 e 2015, Coordenadora de Ensino entre 2015 e 2018. Leciona as disciplinas Gestão Ambiental e Agroecologia e Gestão de Resíduos Sólidos e Legislação desde 2006 em cursos técnicos. Educação Ambiental e Gestão Ambiental desde 2013 nas licenciaturas e bacharelado, respectivamente. Atuou como presidente do Comitê Assessor de Políticas Institucionais (COGEA) do IF Baiano entre 2016 e 2018. Foi membro representante do IF Baiano no Conselho de Meio Ambiente do Município de Santa Inês-BA entre 2017 e 2020, e membro representante docente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IF Baiano de 2019 a 2021. Atualmente é membro da comissão de revisão do Regimento do COGEA, Coordenadora do Centro de Educação Ambiental do Campus Santa Inês.

<http://lattes.cnpq.br/7468029384365627>

ALINE BARROS OLIVEIRA: Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1999) e mestrado em Zootecnia pela mesma instituição (2006). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, campus Uruçuca-BA. Tem experiência na área de Zootecnia, com ênfase em pastagens, melhoramento genético, produção e conservação de forragens, bovinocultura de leite e corte; na área de Gestão de empreendimentos rurais, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão rural, empreendedorismo, agricultura familiar e economia solidária.

<http://lattes.cnpq.br/0317872670972102>

ANA MARIA DUBEUX GERVAIS: Possui Licenciatura Plena Em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (1988), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1998), doutorado em Sociologia - Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) (2004) e realizou estágio pós-doutoral no CIRAD Montpellier, França, UMR Innovation (2009). Atualmente é professora sênior do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT / Polo UFRPE. Fundadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE, atua no acompanhamento de grupos urbanos e rurais na

promoção de estratégias de desenvolvimento comunitário, da agroecologia e da economia solidaria a partir de metodologias participativas, inclusive no que se refere às estratégias de planejamento comunitário participativo.

<http://lattes.cnpq.br/7478606758967006>

BRUNO CEZAR SILVA: Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), OAB PE 29670, Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Especialista em Direito Processual Civil pela FJ-RJ. Coordenador e professor do curso de Direito/Unibrás Juazeiro. Docente do curso de direito da Rede UniFTC. Servidor Técnico Administrativo em educação da Univasf. Exerceu o cargo de Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Univasf (2016-2020; 2021-2022) Professor Permanente do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap -Univasf). Coordenador do Curso de Especialização Latu Sensu Tecnologias de Baixa Emissão de Carbono: Fortalecendo a Convivência com o Semiárido da Univasf. Pesquisador do Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica- ENSAIO PARA A VIDA da Univasf, certificado no DGP da CNPq. Membro. Membro da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Titular do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA - Biênio 2021/2022 da cidade de Juazeiro/Ba. Áreas de interesse e de pesquisa: Criminologia, Teoria Geral do Processo, Direito Administrativo, Processo Administrativo Disciplinar, Gestão Pública, Direito Ambiental, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.

<http://lattes.cnpq.br/5363755032857016>

CLÉLIO VILANOVA: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Goiás (1990) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe (2008). Atua como engenheiro agrônomo e consultor através da empresa AGRONATURA Consultoria e Produção, como projetista através da empresa PROAGI Projetos Agroindustriais, como consultor do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (SEBRAE/SE), e como consultor em negócios rurais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) junto ao Projeto Dom Távora/SEAGRI-SE. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Projetos Rurais, Negócios Rurais, Agroecologia, Agricultura Orgânica, Fruticultura e Horticultura.

<http://lattes.cnpq.br/3234157268560831>

CRISTIANE MORAES MARINHO: Possui Doutorado e Mestrado em Extensão Rural (UFSM/2021 e UFV/2008) e graduação em Pedagoga (UFV/2002). Atualmente é professora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano -

IFSertãoPE. Tem interesse em desenvolver trabalhos de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Formação Pedagógica, Sociologia e Extensão Rural, Agroecologia, Convivência com o Semiárido, Movimentos Sociais e Educação do Campo. E-mail: cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/7562370093778594>

CRISTIANE NASCIMENTO SANTOS: Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Mestra em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia ? UFBA, possui especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, graduação em Engenharia Agrônômica UESB (2008) e graduação em Administração pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC (2006). Atualmente é Assistente Territorial do Projeto Bahia Produtiva - CAR/SDR no Território Chapada Diamantina.

<http://lattes.cnpq.br/6079216061620633>

DANIEL MUNIZ ROCHA DO NASCIMENTO: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Possui graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2010). Atualmente é caixa executivo - Banco do Brasil - Direção Geral, professor titular da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso, coordenador do curso de eng. de produção da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso e vereador - Câmara de Vereadores de Campo Formoso. Tem experiência na área de Engenharia de Produção, com ênfase em Engenharia de Produção, atuando principalmente nos seguintes temas: administração pública, democracia, efetividade, ética e ergonomia.

<http://lattes.cnpq.br/7955690372256824>

DANIEL SALGADO PIFANO: Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2005), Mestrado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Lavras (2007) e é Doutor também pelo programa de Pós-graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal de Lavras (2011). Atualmente é professor associado I na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) ministrando as disciplinas de Taxonomia de Fanerógamas e Sistemática Vegetal e Conservação. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Florística, Fitossociologia, Ecologia florestal, Fragmentação florestal, Morfologia e Sistemática Vegetal

<http://lattes.cnpq.br/6757045586417265>

DANIELLE JULIANA SILVA MARTINS: Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Petrolina. Ministra as disciplinas pedagógicas dos cursos de licenciatura em Computação, Química, Música e Física da instituição, tais como Didática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará e Mestrado em Ensino pela UNIVATES. Foi Coordenadora Institucional do PIBID 2011 e coordenadora de área do Subprojeto de Computação do PIBID 2013 no IF Sertão PE. Coordena a parte pedagógica da Academia Hacktown e investe em estudos voltados para a formação de professores da educação básica, bem como a aplicação das tecnologias no processo educativo dos alunos e professores.

<http://lattes.cnpq.br/8531572238650681>

DEIVID GOMES BARBOSA DA SILVA: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Vale do São Francisco pela UNIVASF, Especialista em Gestão Pública pela UNIVASF, Especialista em Saúde e Segurança do Trabalho pela Faculdade UNYLEYA, Mestre em Extensão Rural (Profissional Interdisciplinar) pela UNIVASF, Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela UNIVASF, Formação em Auditoria Interna NBR ISO 9001:2015 pela ABS Quality Evaluations AN ABS GROUP COMPANY, ABS, Brasil. Sócio Administrador/Diretor Comercial e Administrativo da PS Engenharia, Coordenador do Curso de Graduação em Administração da FACESP, Professor de Graduação e Pós-graduação, Presidente da ADAC - Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária. Atuou entre 2009 e 2018 no SESI - Serviço Social da Indústria, Unidade Norte, FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia, entre as atribuições fui gestor das áreas de qualidade de vida, responsabilidade social, esporte e lazer, odontologia, saúde e segurança do trabalho.

<http://lattes.cnpq.br/0462263289395311>

DENES DANTAS VIEIRA: Possui Graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS, bacharel e licenciado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004), Mestrado em Ciências Sociais (2007) e Doutorado, ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Atualmente é professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco, ministra aulas nos Cursos de Graduação de Ciências Sociais, Engenharia Agrônoma, Medicina Veterinária e Zootecnia . Na pós-graduação é professor, vice coordenador, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, nível mestrado profissional, e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia

e Desenvolvimento Territorial, nível doutorado profissional. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar e campesinato - cultura e modo de vida, Extensão rural , Agroecologia , Desenvolvimento Territorial, novas ruralidades, capital social e instituições, e, na teoria do Sociólogo Pierre Bourdieu.
<http://lattes.cnpq.br/2197066093535835>

EDUARDO RODRIGUES ARAÚJO: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2009), possui mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar (2011). Atualmente é professor substituto do IFSERTÃOPE-Campus Petrolina Zona Rural, lecionando disciplinas relacionadas à Agroecologia e Produção Orgânica.
<http://lattes.cnpq.br/5340693215818814>

ELIJALMA AUGUSTO BESERRA: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Possui graduação em Ciências Sociais pela UNIVASF (2017), Direito pela Faculdade dos Guararapes (2008), em Engenharia Civil pela Universidade de Pernambuco (1995), Mestrado Extensão Rural (2020) no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da UNIVASF. Atualmente exerce a função de Analista em Desenvolvimento Regional na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF/ DF.

<http://lattes.cnpq.br/9844020504686899>

ELSON DE OLIVEIRA: Doutor Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Engenheiro Agrônomo pela UFV, membro do CVT/NEA Sertão Agroecológico, consultor individual do Bahia Produtiva da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do estado da Bahia, Consultor da OCIP CONEXSUS. Desempenhou trabalhos nas Organizações Não Governamental (ONG) Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Articulação Sindical Rural da Região do Lago de Sobradinho (ASS) com a função de coordenador técnico em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sempre desenvolvendo ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, com as temáticas Agroecologia/ Convivência com o Semiárido, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Desenvolvimento Territorial e Local no território Sertão do São Francisco.

<http://lattes.cnpq.br/9019355237262587>

EUGÊNIO BISPO DA SILVA JÚNIOR: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Possui graduação em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco (2007), com habilitação em Análises Clínicas pela Universidade Federal de Pernambuco (2008), especialização em Gestão em Organizações Públicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2010) e mestrado em Recursos Naturais do Semiárido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2014). Atualmente é Farmacêutico (Técnico Administrativo em Educação - TAE) da Universidade Federal do Vale do São Francisco, lotado no Suporte Técnico de Laboratório - STL, Laboratório de Farmacognosia e Fitoterapia (NEPLAME), Campus Petrolina. Tem experiência no serviço público e privado na área de Farmácia como: Farmácia Viva, Farmácia Hospitalar, Assistência Farmacêutica, Análises Clínicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Fitoterapia, Farmacognosia e Produtos Naturais.

<http://lattes.cnpq.br/7700376726478020>

EVA MÔNICA SARMENTO DA SILVA: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Agrárias-Campus-III, Areia (2001), mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal do Ceará (2004) e doutorado em Zootecnia pela Universidade Federal do Ceará (2007). Tem experiência na área de Zootecnia, com ênfase em Zootecnia, atuando principalmente nos seguintes temas: polinização de culturas agrícolas e abelhas africanizadas e sem ferrão.

<http://lattes.cnpq.br/0072424557452803>

FÁBIO CRISTIANO SOUZA OLIVEIRA: Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Possui graduação em Ciência da Computação pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (2006) e mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (2014). É professor efetivo do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - Campus Petrolina. Desde de 2015 desenvolve e participa de projetos de pesquisa e extensão ligados ao desenvolvimento do ensino da computação, principalmente, pensamento computacional. Além disso, busca o entendimento de como os estudantes aprendem em ambientes de aprendizagem apoiados pela tecnologia. Também busca compreender como projetar, desenvolver e integrar tecnologias inovadoras capazes de promover a motivação e o envolvimento dos estudantes na aprendizagem digital para alcançar um impacto positivo no seu sucesso. Tem interesse pelo ensino lúdico, especialmente, o estudo de metodologias ativas, aprendizagem significativa e ubíqua, experiência do usuário, storytelling,

aprendizagem baseada em jogos e gamificação na educação.

<http://lattes.cnpq.br/1224401265812561>

FLÁVIO MARQUES CASTANHO BARRERO: Engenheiro Agrônomo (2002), Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2004) e Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Vale do São Francisco (2022). Foi docente na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UFRPE/UAST (2019 a 2021), na Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus IX (2012 a 2018), na Faculdade São Francisco de Barreiras - FASB (2011 a 2016), Na Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira - FAAHF (2012) e no Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária - PRONERA (2012 a 2014). Atuou como Perito Judicial nas subseções judiciárias de Barreiras e Bom Jesus da Lapa no estado da Bahia (2013 a 2019) e como Consultor do Núcleo de Defesa da Bacia do Rio São Francisco (NUSF) do Ministério Público da Bahia (2008 a 2016), tendo como viés a reparação de danos socioambientais de grandes empreendimentos. Foi assessor técnico de agricultores familiares no Semiárido baiano, perspectiva agroecológica, pelo Centro de Assessoria do Assuruá, Chapada Diamantina (2005 a 2008).

<http://lattes.cnpq.br/9102331992237649>

FRANCISCO RICARDO DUARTE: Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/1997). Em Filosofia, pela Faculdade Católica de Anápolis (FCA/2010) e em Pedagogia, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/2018). Especialista em Administração, Orientação e Supervisão Escolar, pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR/2004). Especialista em Metodologias de Ensino da Filosofia, pela Universidade Gama Filho (UGF/2010). Também Especialista em Gestão de Pessoas com ênfase em Gestão por Competências, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/2018). Mestre em Administração (Gestão de Negócios) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/ 2002). Doutor em Difusão do Conhecimento - pela Universidade Federal da Bahia (UFBA,2012). É Professor Associado I da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Tem experiência na área de Gestão Pública - com ênfase em Transição de Governo - atuando principalmente nos seguintes temas: gestão da tecnologia e da inovação, educação, responsabilidade social, filosofia e ética profissional, educação a distância, território e gestão do conhecimento. Atuou como Secretário de Educação a Distância da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) de 2012 a 2020, retornando em abril de 2021, onde implementou inúmeros cursos de graduação e pós-graduação. Atuou como coordenador do Bacharelado em Administração Pública, nessa mesma universidade, de 2013 a 2017, quando o curso foi reconhecido com NOTA 5. Atualmente é Coordenador Adjunto do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial PPGADT/

UNIVASF.

<http://lattes.cnpq.br/1491869394270803>

FRANKLIN VIEIRA COSTA: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA (2004), Especialização em Educação do Campo - UNIVASF (2017), Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (2019) e Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNIVASF (2022). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Agroecologia, Agricultura Familiar e Convivência com o semiárido, atuando principalmente nos seguintes temas: Manejo Agroecológico de Pragas e Doenças, Manejo Cultural de Plantas, Nutrição de Plantas em Sistemas Agroecológicos, Segurança Alimentar e Nutricional, Ecologia e Manejo de Plantas Espontâneas, Matéria Orgânica dos Solos, Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial e Rural.

<http://lattes.cnpq.br/2402796261243260>

GILMAR DOS SANTOS ANDRADE: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

Mestre em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (2016). Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro - UFRB (2012). Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR (2010). Licenciatura em História pelo Centro Universitário Internacional - Uninter (2019). Estuda agroecologia, educação do campo, juventude camponesa, pedagogia da alternância e movimentos sociais do campo. É militante da Pastoral da Juventude Rural, contribuindo com assessoria. É educador do campo no curso Técnico em Agropecuária da Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), foi membro da Coordenação Político Pedagógica do Curso de Graduação em Tecnologia em Agroecologia (EFASE/ UFRB) e da Equipe Pedagógica da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas no Semiárido (REFAISA). É professor da rede pública do estado da Bahia. Passou no concurso público para professor de agroecologia na UFRB.

<http://lattes.cnpq.br/7009112983604158>

HELDER RIBEIRO FREITAS: Professor Associado II da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Graduiu-se em Engenharia Agrônoma (UFV, 2002), Mestrado (UFV, 2004) e Doutorado (UFV, 2009) em Solos. Atuou junto ao Programa de Assessoria Técnica e Social junto a instituições públicas, não governamentais e organizações sociais de agricultores e em projetos de intervenção social participativa e projetos de extensão com

interface com a pesquisa. Possui formação interdisciplinar e atua nas áreas de Pedologia, Extensão Rural, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Atualmente é docente permanente do Programa de Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial em Associação UNIVASF/UFRPE/ UNEB e do Mestrado em Extensão Rural da UNIVASF. Coordena o CVT/NEA/ NUSAN Sertão Agroecológico, o qual integra a Rede de Núcleos de Agroecologia/ CNPq e a Rede Latinoamericana de Núcleos de Segurança Alimentar - SSAN/ CNPq e desenvolve ações de promoção da Agroecologia, Desenvolvimento Local Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios dos Territórios do Sertão do São Francisco Baiano e Pernambucano, Semiárido Brasileiro.
<http://lattes.cnpq.br/1667909181096511>

HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA: Possui graduação em Engenharia Eletrônica (2000) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestrado em Física pela UFPE (2002) e Doutorado em Física pela UFPE (2004), com Pós-Doutorado no Massachusetts Institute of Technology (2012). É professor Titular da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) desde 2020 e professor da instituição desde 2004, membro da Academia Pernambucana de Ciências (cadeira 19), bolsista em produtividade em pesquisa do CNPq (nível 1C) e da Câmara de Assessoramento e Avaliação da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (FACEPE) do Estado de Pernambuco (Ciências Exatas e da Terra). É membro permanente do programa de pós-graduação em Ciência dos Materiais (UNIVASF) e da Rede RENORBIO (polo UFRPE). Coordenou o programa de pós-graduação em ciência dos materiais nos primeiros anos de implantação (2007-2011) e foi pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e inovação entre 2012 e 2016 da Univasf. Desenvolve pesquisa com ênfase em propriedades elétricas de polímeros condutores e nanoestruturas orgânicas com aplicações em sensores, supercapacitores, adsorventes, células combustível biológicas e agentes antibacterianos. Coordena as atividades do Laboratório de Espectroscopia de Impedância e Materiais Orgânicos (LEIMO) na UNIVASF.
<http://lattes.cnpq.br/5382132010377738>

HESLER PIEDADE CAFFÉ FILHO: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.
É Administrador pela Estácio de Sá (2005); MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia (2008); Especialista em Marketing Institucional pela Faculdade São Francisco de Juazeiro (2009); Mestre em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2016); OCUPAÇÃO: Universidade Federal do Vale do São Francisco: Administrador - Assessoria de Comunicação; Professor - Pós Graduação em

Educação Ambiental; Coordenador Acadêmico - Pós Graduação em Gestão Pública Municipal. FASJ - Faculdade São Francisco de Juazeiro: Professor Graduação - Colegiado de Administração, Colegiado de Publicidade e Propaganda; Professor Pós Graduação - MBA em Gestão Estratégica e em Marketing; Coordenador Acadêmico - MBA em Gestão Logística.
<http://lattes.cnpq.br/7527346637492629>

JORGE LUIS CAVALCANTI RAMOS: Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Pernambuco (1992), com especialização em Informática em Educação pela Universidade Federal de Lavras-MG (2001). Possui mestrado (2006) e doutorado (2016) em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Professor Adjunto do Curso de Engenharia de Computação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), onde já atuou como pró-reitor de ensino. É docente do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) e do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) também na UNIVASF. Tem experiência nas áreas de (e-learning, Mineração de Dados Educacionais, Business Intelligence e TI aplicada à gestão pública. É pesquisador do Laboratório de Evidências Analíticas em Tecnologias Educacionais - EVANTE (<http://evante.com.br>) e membro do comitê organizador do Workshop de Ciência de Dados Educacionais (WCDE/SBC).
<http://lattes.cnpq.br/1438322656914569>

JOSÉ ALVES DE SIQUEIRA FILHO: Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1995), mestrado (1998) e doutorado (2003) em Biologia Vegetal pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsa sanduíche na Universidade Bönner, Alemanha. Professor Titular da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Fundador e curador do Herbário HVSF - Vale do São Francisco. Fundador e Diretor científico do Centro de Referência para a Recuperação em Áreas Degradadas da Caatinga desde 2006. Coordenador (2008-2012) do Programa de Conservação da Flora do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional. Autor do livro “Fragmentos de Mata Atlântica do Nordeste: Biodiversidade, conservação e suas Bromélias” e “Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História Natural e Conservação”, vencedor do Prêmio Jabuti 2013. Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Tem experiência nas áreas de Botânica Sistemática e Ecologia de Ecossistemas, com ênfase na conservação e manejo da Caatinga e Mata Atlântica, atuando principalmente nos seguintes temas: Bromeliaceae, Cactaceae, Hidrófitas aquáticas, biologia reprodutiva, fenologia, ecofisiologia de sementes, florística, taxonomia, restauração ecológica, economia ecológica e conservação. Orientador nos Programas de Pós-graduação em Botânica (UEFS)

e Doutorado em Agroecologia (profissionalizante) da UNIVASF. Membro do Conselho Científico do Geopark Serra do Sincorá.

<http://lattes.cnpq.br/9643443570701007>

LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA: Possui doutorado em Desenvolvimento Sócioambiental pela Universidade Federal do Pará (2005). É professora Titular da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, atuando nos mestrados interdisciplinares Extensão Rural e Ciências da Saúde e Biológicas e no Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Atualmente ocupa o cargo de vice-reitora da UNIVASF. Exerceu o cargo de Pró-Reitora de Extensão de 2011 até 2022 UNIVASF, gerenciando inúmeros projetos de desenvolvimento nas áreas de abrangência da UNIVASF. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente na educação do campo, bem como, nas áreas de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial.

<http://lattes.cnpq.br/9814539262982598>

LUCIANA SOUZA DE OLIVEIRA: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia e doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Tem experiência na área de Agronomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Fruticultura, Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável, Arranjos Produtivos Locais (APL), Organização Comunitária e Agricultura Familiar.

<http://lattes.cnpq.br/2425517525206460>

MÁRCIA BENTO MOREIRA: Graduada (1995) em Medicina Veterinária pela Universidade de Marília; Mestre (2001) em Técnicas Operatórias e Cirurgia Experimental pela Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina (UNIFESP - EPM); Doutora (2006) em Cirurgia e Experimentação pela UNIFESP - EPM. Em 2011 recebeu o título de médica veterinária hiperbarista pela Sociedade Brasileira de Medicina Hiperbárica. Na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF - possui as seguintes cargos e funções: nomeada em 2019 presidente do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares do Brasil (<http://www.inpe.br/datalab/ForumPPGI/gestor.jsp>); em 2021 assumiu o cargo de Diretora de Extensão pela Pró-Reitoria de Extensão da Univasf; Coordena o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Univasf, Interdisciplinar, nível Doutorado Profissional. É Professora Adjunta III, ministra aulas na Graduação (curso de Medicina Veterinária ? disciplinas: Anestesiologia Animal; Introdução a Terapia Intensiva em Cães e Gatos; Medicina da Conservação de Animais Silvestres

Nacionais e Exóticos) e na Pós-Graduação [Ciências da Saúde e Biológicas (<http://www.ppgcsb.univasf.edu.br/>); Extensão Rural (<http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/>) e no de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (<http://ppgadt.univasf.edu.br/>)]; Coordena a Liga Acadêmica em Anestesiologia Veterinária, Dor e Terapia Intensiva - Mandrágora desde 2018; é Membro do Centro de Recondicionamento de Computadores vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (<http://crc.univasf.edu.br/>); foi Membro do curso de Especialização em Educação no e do Campo/PRONERA durante o período de 2017 a 2020; Coordenou o Mestrado Profissional em Extensão Rural, interdisciplinar, de 2016 até 2018; Concebeu e criou o Programa de Pós-Graduação Ciências da Saúde e Biológicas - PPGCSB, Interdisciplinar, nível Mestrado Acadêmico durante o interstício de 2010 a 2012; Implantou e Coordenou o PPGCSB durante o período de 2012 a 2015; Foi Presidente Adjunta do Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisa desde 2011 à 2015; Coordenou a Comissão de Ética no Uso de Animais de 2012 à 2015; Foi membro da equipe de pesquisadores do Centro de Manejo e Conservação da Fauna da Caatinga - CEMAFUNA durante o período de 2008 a 2013. Sua expertise está vinculada às áreas de Ciências da Saúde e Agrárias com ênfase nos seguintes temas: anestesiologia, dor e terapia intensiva; cirurgia geral e do trauma; medicina da conservação; oxigenoterapia hiperbárica; ética e bioética; educação no e do campo.
<http://lattes.cnpq.br/2800851428205548>

MÁRCIA MARIA PEREIRA MUNIZ: Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF (2018); Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia ? UFBA, com Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1989). Em 2004 passou a integrar a equipe técnica do SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais organização do campo agroecológico que tem como missão principal contribuir para o desenvolvimento sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar, com base na agroecologia e favorecer o protagonismo e conquista da cidadania por agricultores, agricultoras e suas organizações. Desde 2006 assumiu a coordenação do Programa de Desenvolvimento Local do Semiárido, inclusive nos aspectos técnicos e metodológicos, no qual é responsável pela supervisão e elaboração de projetos, relatórios e gestão da equipe técnica. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Assessoria Técnica e Extensão Rural às famílias de agricultores familiares, facilitando processos de formação nas temáticas de fortalecimento organizativo, Segurança Alimentar e Nutricional, gênero e geração.
<http://lattes.cnpq.br/7571075770648334>

MARIA CÉLIA DA SILVA LIMA: Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia com estudos na área de treinamento e desenvolvimento. Especialista em Gestão Executiva em Serviços pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE), com estudos na área de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) na administração pública federal. Possui graduação em Letras com habilitação Português/Inglês pela Universidade de Pernambuco. Trabalha na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, atuando na área administrativa vinculada à Gestão de Pessoas e Saúde do Servidor Público Federal. Tem experiência no ensino a distância, desde 2013 no Curso de Formação Pedagógica para professores da rede pública de ensino. A partir de 2014, atuou na função de tutora online nas especializações em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal e atualmente está como tutora online no Curso de Licenciatura em Pedagogia desde 2019. Concomitante à tutoria, também ministrou uma disciplina no Bacharelado em Administração Pública e desenvolveu atividades como orientadora de estágio de alunos. Também atuou como orientadora de alunos das citadas Especializações e dos estudantes da turma do Curso de Pedagogia (conclusão dez/ 2020).

<http://lattes.cnpq.br/8825549105204441>

MARIA DO SOCORRO TAVARES CAVALCANTE VIEIRA: Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Professora pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE Campus Petrolina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em formação docente, atuando nos seguintes temas: projetos didáticos, tecnologia e educação, métodos e técnicas de ensino, gestão escolar, escolas do campo, autorregulação de aprendizagem e metacognição. Coordena projetos de ensino, de pesquisa e de extensão com objetivos associados aos cursos de licenciaturas. Especialista em Metodologia da Pesquisa Científica (UPE), Psicopedagogia (IBPEX) e Direito Educacional (PUC Minas). Mestrado em Psicologia (UNIVASF).

<http://lattes.cnpq.br/2740127199085023>

MAURICIO DE OLIVEIRA SILVA: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Mestre em Ciências Ambientais. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) campus Itapetinga com estudo voltado a conservação do Parque Municipal da Serra do Periperi por meio do Ecoturismo e métodos de conservação

ex situ e in situ, possui pós-graduação em Educação e Direitos Humanos pela Faculdade Alfa América e faz parte do corpo docente da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. Biólogo Licenciado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) campus Vitória da Conquista, bolsista de iniciação a docência (2014-2018) durante a graduação, quando participou da linha de ação interdisciplinar com projetos de primeiros socorros, meio ambiente, combate ao racismo e discriminações sociais, direitos humanos e combate às drogas e ao terrorismo. Possui também formação técnica em Segurança do Trabalho e Administração.

<http://lattes.cnpq.br/7670869464111293>

MAURICIO OLIVEIRA DA SILVA SUGAI: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (2001), mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2014). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Santa Inês Tem experiência na área de educação e extensão, geoprocessamento e estudos ambientais.

<http://lattes.cnpq.br/43864689914677794>

RAMON MISSIAS-MOREIRA: Pós-doutor em Atividade Física e Saúde pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP), Portugal. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia - conceito 5 CAPES (2017). Mestre em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2012). Especialista em Atividade Física, Educação e Saúde para Grupos Especiais pela Faculdade da Cidade do Salvador (2010). Licenciado Pleno em Educação Física pela UESB (2009). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (2019). Professor Adjunto no Curso de Graduação em Educação Física, Professor Permanente no Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial e no Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Saúde, Educação e Educação Física (GIPEEF), <https://portais.univasf.edu.br/gipeef>. Foi Editor-chefe da Extramuros - Revista de Extensão da UNIVASF (2019-2021). Membro da Rede Internacional de Pesquisas em Representações Sociais sobre Saúde (RIPRES) com sede na Universidade de Évora. Associado da Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde (SBAFS). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Membro do GT Identidade, Memória e Representações da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Associado da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Tem experiência na docência em diferentes níveis:

doutorado, mestrado, especialização, graduação, ensino técnico, pré-vestibular (UPT) e educação básica. Revisor Ad Hoc e Membro Editorial de Revistas Científicas. Durante o Mestrado (2011-2012) e o Doutorado (2015-2017) foi Bolsista de Pesquisa da CAPES e Representante Discente do Mestrado. Possui resumos publicados em anais de eventos, trabalhos e artigos publicados na Argentina, Brasil, Espanha, Inglaterra e Portugal. Possui experiências nas áreas da docência, pesquisa e extensão relacionadas a educação e a saúde, com ênfase em Representações Sociais; Saúde Coletiva e Saúde Pública; Políticas Públicas de Saúde; Estágio Supervisionado; Condições de Saúde e Qualidade de Vida; Educação Física na Educação Infantil; Didática da Educação Física; Metodologia da Pesquisa Científica. <http://www.cefis.univasf.edu.br/portal/about-us.html>
<http://lattes.cnpq.br/1083254734463215>

SILEIDE DIAS DAS NEVES: Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, servidora da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Atuou como docente da Faculdade UNINASSAU em Petrolina-PE, pesquisadora na área de Administração Pública, Políticas Públicas Governamentais, Administração Política, Contabilidade, Gestão Social, Desenvolvimento Territorial e Contratações Públicas Sustentáveis. Pró-Reitora de Gestão e Orçamento da Universidade Federal do Vale do São de Francisco - UNIVASF. Atuou como Chefe da Divisão Administrativa e Financeira no Hospital Doutor Washington Antônio de Barros da Universidade Federal do Vale do São Francisco, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, filial de Petrolina-PE e na Diretoria de Gestão e Contratos, órgão da Secretaria de Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco e Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Hospital e Ensino da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Exerceu a função de Gestora e Suplente da execução dos Contratos de Aquisição, Contratos Continuados de Serviços Terceirizados e dos Contratos de Infraestrutura - Obras, Manutenção e Serviços de Engenharia da UNIVASF. Atuou na Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento da UNIVASF, no Departamento de Compras e Licitações, na Coordenação de Licitações e Contratos - CLC no período de 2006 à 2012, exercendo a função de Coordenadora de Licitações, Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio das licitações realizadas na modalidade de Pregão Eletrônico. Responsável pela análise e conferência de documentos referentes à qualificação econômico-financeira da Comissão Interna de Licitações - CPL da UNIVASF.
<http://lattes.cnpq.br/0463602582175203>

SILVIA HELENA NOGUEIRA TURCO: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Lavras (1990), mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (1993) e doutorado em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (1997), pós-doutorado na Embrapa Semiárido (1997 a 1999) e na University of the California, EUA (2008 a 2009). Foi Professora Titular do curso de agronomia da Universidade do Estado da Bahia (1999 a 2008), atualmente professora associada da Universidade Federal do Vale do São Francisco, foi coordenadora do Mestrado em Engenharia Agrícola da Univasf de 2011 a 2015 e de novembro de 2015 a maio de 2018 atuou como vice-coordenadora do Mestrado em Engenharia Agrícola da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Em 2019 iniciou sua participação como professora permanente no programa de Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UNIVASF. Tem experiência na área de Engenharia Agrícola, com ênfase em Engenharia de Construções Rurais, atuando principalmente nos seguintes temas: ambiência animal, bioclimatologia animal, instalações agrícolas, conforto térmico animal e agropecuária de precisão.

<http://lattes.cnpq.br/9203091849299258>

STEFÂNIA EVANGELISTA DOS SANTOS BARROS: Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Pernambuco (2008), graduação em Licenciatura em Enfermagem pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e mestrado em Recursos Naturais do Semiárido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2013). Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal do Vale do São Francisco (disciplinas de Paciente Crítico e Saúde do Adulto e do Idoso), Coordenadora de tutoria de cursos da Secretária de Educação a Distância da UNIVASF. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem intensivista, Emergência e Saúde Pública.

<http://lattes.cnpq.br/8968988149385008>

THAÍS PEREIRA DE AZEVEDO: Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. É professora Assistente da UNIVASF, atuando na área de de Topografia e Geoprocessamento. Possui graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) (2011) e mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) (2013).

<http://lattes.cnpq.br/8412406144693189>

TIAGO FERRAZ COSTA: Doutorando no Programa de Pós Graduação

em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2020). É especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis Rurais pela Universidade Cândido Mendes (2015). Graduado no curso de licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2014). Possui Curso Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Sérgio de Carvalho (2008) e ainda possui Curso Técnico em Informática pela ALFATEC (2007). Membro do Grupo de Estudos Um pensamento emergente das práticas educativas como humanização e lugar de produção da diferença (UESB) e Membro do Grupo de Estudos sobre a Circulação de Ideias Pedagógicas no Pensamento Pedagógico Brasileiro Recente (CIPED) UESB/CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/1173018530831478>

TIAGO PEREIRA DA COSTA: Doutorando no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Mestre em Extensão Rural (UNIVASF). Especialista em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido (IF BAIANO). Especialista em Metodologias Participativas Aplicadas a ATER e a Pesquisa (UNIVASF). Especialista em Educação Ambiental Interdisciplinar (UNIVASF). Pedagogo (IESPE). Gestor Ambiental (UNOPAR). Técnico em Agropecuária (CETEP-TSSF).

<http://lattes.cnpq.br/0844128222662069>

VIVIANNI MARQUES LEITE DOS SANTOS: Graduação em Engenharia Química (1997), mestrado em Engenharia Química (2000), na área de Processos Químicos Industriais, e doutorado em Química pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Professora Titular na UNIVASF. Coordenadora BRAZIL (Global Education National). Diretora Institucional de Inovação Tecnológica de abril de 2016 a 11 de setembro de 2020. Coordenadora da Regional FORTEC-NE 2019-2020. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação no ponto focal da UNIVASF. Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Experiência e formação complementar em Propriedade Intelectual no Japão. Presidente das Comissões Avaliadoras de Pedidos de Patente e de Pedidos de Registros de Programa de Computador sob titularidade da UNIVASF. Docente efetiva do Mestrado Profissional em Gestão Pública no ano de 2017. Editora chefe da Revista Indicação Geográfica e Inovação (INGI). Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UNIVASF de 2012 a 2017. Coordenadora do Colegiado Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção no biênio 11/2009-10/2011 e

da CPA/UNIVASF no período de 11/2011 a 03/2016. Líder do grupo de pesquisa: “Propriedade Intelectual e Inovação em Processos, Produtos e Serviços, desde 2009”. Experiência nas áreas: Gestão Ambiental, Gestão da Inovação, Agroenergia, Reciclagem, Impactos Ambientais e Modelagem Molecular. Também tenho experiência como docente, pesquisadora, orientadora e coordenadora em cursos na modalidade EaD.

<http://lattes.cnpq.br/3040638073236492>

XENUSA PEREIRA NUNES: Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), mestre em Ciências (2014), especialização em Nutrição Esportiva e em Gestão em Saúde. Foi professora substituta e convidada no departamento de Nutrição - UPE - Campus Petrolina. Tem experiência nas áreas: Segurança Alimentar e Nutricional, nutrição clínica e ambulatorial, alimentação escolar, SISVAN, educação e unidades de alimentação e nutrição.

<http://lattes.cnpq.br/1223167662824910>

CRISTIANE MORAES MARINHO - Possui Doutorado e Mestrado em Extensão Rural (UFSM/2021 e UFV/2008) e graduação em Pedagoga (UFV/2002). Atualmente é professora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE. Tem interesse em desenvolver trabalhos de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Formação Pedagógica, Sociologia e Extensão Rural, Agroecologia, Convivência com o Semiárido, Movimentos Sociais e Educação do Campo.

<http://lattes.cnpq.br/7562370093778594>

HELDER RIBEIRO FREITAS - Professor Associado II da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Graduiu-se em Engenharia Agrônoma (UFV, 2002), Mestrado (UFV, 2004) e Doutorado (UFV, 2009) em Solos. Atuou junto ao Programa de Assessoria Técnica e Social junto a instituições públicas, não governamentais e organizações sociais de agricultores e em projetos de intervenção social participativa e projetos de extensão com interface com a pesquisa. Possui formação interdisciplinar e atua nas áreas de Pedologia, Extensão Rural, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Atualmente é docente permanente do Programa de Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial em Associação UNIVASF/UFRPE/ UNEB e do Mestrado em Extensão Rural da UNIVASF. Coordena o CVT/NEA/NUSAN Sertão Agroecológico, o qual integra a Rede de Núcleos de Agroecologia/CNPq e a Rede Latinoamericana de Núcleos de Segurança Alimentar - SSAN/CNPq e desenvolve ações de promoção da Agroecologia, Desenvolvimento Local Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios dos Territórios do Sertão do São Francisco Baiano e Pernambucano, Semiárido Brasileiro.

<http://lattes.cnpq.br/1667909181096511>

LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA - Possui doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2005). É professora Titular da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, atuando nos mestrados interdisciplinares Extensão Rural e Ciências da Saúde e Biológicas e no Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Atualmente ocupa o cargo de vice-reitora da UNIVASF. Exerceu o cargo de Pró-Reitora de Extensão de 2011 até 2022 UNIVASF, gerenciando inúmeros projetos de desenvolvimento nas áreas de abrangência da UNIVASF. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente na educação do campo, bem como, nas áreas de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial.

<http://lattes.cnpq.br/9814539262982598>